

Ford cobra competitividade em Camaçari

O presidente da montadora conversou com fornecedores e empregados para redução de custos

Por Marli Olmos — De São Paulo

12/12/2019 05h00 · Atualizado há 5 horas

Na semana passada, o presidente da Ford na América do Sul, Lyle Watters, foi a Camaçari (BA), onde fica a agora única fábrica de automóveis da montadora, para dizer a empregados, sindicatos e fornecedores que a empresa precisa baixar custos para continuar a produzir no Brasil.

Foi um recado semelhante ao que outra montadora americana, a General Motors, deu a funcionários e fornecedores há exatamente um ano.

No caso da GM, a mensagem foi feita em tom de ameaça. A direção local disse que os investimentos na região seriam interrompidos se os custos não baixassem. A partir daí, começaram as negociações para flexibilizar contratos trabalhistas e novos acordos de preços com fornecedores.

No caso da Ford, a ameaça não foi explícita. Mas a direção da região não apresentou até agora nenhum plano de investimentos, necessário para que a marca consiga fazer uma renovação de produtos produzidos no Brasil e na Argentina.

Watters não revelou as metas que combinou com cada parte envolvida. "Cada um sabe a sua meta", destacou. Ele também evitou comparar índices de produtividade da unidade baiana com outras fábricas da Ford no mundo.

Disse, no entanto, que o pagamento de participação nos resultados (PLR) feito aos operários da fábrica baiana está 35% acima da média de outras fábricas do setor no Brasil.

O executivo mostrou também preocupação com os custos de transporte e disse que a Ford se interessa em usar mais ferrovias.

Watters disse ter sido "uma decisão difícil" fechar a fábrica de São Bernardo do Campo (SP), que encerrou as atividades no mês passado. Segundo ele, a decisão levou em conta a necessidade de obter "resultados sustentáveis para o futuro".

O executivo revelou, ainda, que o grupo Cacaó não é o único interessado em comprar a fábrica de São Bernardo. "Posso garantir que há outros interessados", destacou o presidente.

Para o próximo ano, Watters previu crescimento de 5% a 10% no mercado brasileiro de veículos e um ano mais de estagnação na Argentina.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça
RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

Cadeiras elevatórias em casa por preços surpreendentemente acessíveis.
ESCADAS ELEVATÓRIAS | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!
DESCONTALIA

LINK PATROCINADO

Pare de perder dinheiro para os bancos
EUQUEROINVESTIR.COM

LINK PATROCINADO

O segredo para comprar na Americanas que as pessoas não sabem
CUPONOMIA

Vamos ajudar Estados se for possível, diz Bolsonaro

Segundo ele, país está no “sufoco” e não pode atender a todos os pedidos

Por **Matheus Schuch** — De Brasília
12/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas

Cobrado por governadores e prefeitos a antecipar o repasse de recursos do pré-sal para auxiliar no pagamento do funcionalismo, o presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem que o Brasil “está no sufoco” e ele não pode atender a todos os pedidos que chegam a seu gabinete. Ele admitiu, porém, que tentará responder positivamente às demandas que lhe foram levadas pessoalmente neste semana pelo governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite (PSDB), e pelo prefeito do Rio, Marcelo Crivella (PRB).

“[O Crivella] está com a corda no pescoço, como um montão de prefeitos, governadores. Está buscando recursos para pagar o 13°. Se for possível e legal, nós vamos atendê-lo”, afirmou o presidente, após ser questionado por jornalistas sobre o encontro.

Bolsonaro também foi questionado sobre a reivindicação do Fórum de Governadores para que os recursos oriundos do bônus da cessão onerosa sejam pagos antes do dia 30 deste mês, de forma a viabilizar o pagamento do 13° salário ou da folha mensal dos servidores, que está atrasada em alguns Estados, como no Rio Grande do Sul. O repasse do bônus de assinatura soma R\$ 5,3 bilhões para todos os Estados

“Se eu atender esse pessoal todo, eu não trabalho. O Leite passou por mim rapidamente [no Planalto], deu um abraço, tirou uma foto. E foi à luta”, disse Bolsonaro ao sair do Palácio da Alvorada. “Olha o sufoco que está o Brasil. Se não faz a reforma da Previdência, o Brasil quebra.”

Apesar das reclamações de que as contas da União estão apertadas, Bolsonaro comemorou os indicadores de retomada da atividade econômica. Após receber elogios em evento da Confederação Nacional da Indústria, em Brasília, convocou os empresários a aproveitarem o momento para fazer o Brasil crescer.

“O mundo está acreditando em nós. Vamos aproveitar a oportunidade, não teremos segunda chance”, disse. “Não tem plano B, plano B é Bolsonaro”, acrescentou o presidente.

Ele também se colocou à disposição dos industriais para alterar decretos que eventualmente possam atrapalhar os negócios.

“Eu ofereço aos senhores, o que tiver de decretos atrapalhando, nos procurem. Em poucos dias, submetemos à nossa assessoria jurídica e, se for o caso, mudaremos o decreto”, prometeu. “Instruções normativas têm que atender aos interesses do Brasil, não de grupos.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça
RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

Cadeiras elevatórias em casa por preços surpreendentemente acessíveis.
ESCADAS ELEVATÓRIAS | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

O combo mais imperdível está de volta! 3 camisas sociais Ralph Lauren por R\$ 349,00
KIT SHOP

LINK PATROCINADO

Pare de perder dinheiro para os bancos
EUQUEROINVESTIR.COM

LINK PATROCINADO

Asse um churrasco em casa sem churrasqueira!
DESCONTALIA

Repasso direto de emendas a Estados passa no Senado

Davi Alcolumbre marcou para hoje promulgação do texto

Por Vandson Lima e Renan Truffi — De Brasília

12/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas

Prefeitos e governadores ganharão um significativo reforço de caixa a partir do próximo ano. Com apoio tanto do governo quanto de partidos da oposição, o Senado aprovou em dois turnos proposta de emenda à Constituição (PEC) que autoriza deputados e senadores a destinarem diretamente a Estados e municípios recursos de emendas individuais impositivas, previstas no Orçamento da União.

Na prática, a verba será transferida aos administradores locais independentemente da assinatura de convênios, inclusive a título de doação - chamada de transferência especial -, podendo até não ter destinação específica. Para o próximo ano, as emendas individuais somam R\$ 9,5 bilhões. A emenda aprovada prevê ainda que, por ser ano de eleição municipal, 60% desse recurso seja repassado aos caixas locais ainda no primeiro semestre - aproximadamente R\$ 5,7 bilhões.

Apenas os senadores do Podemos Eduardo Girão (CE) e Reguffe (DF) votaram contra.

A matéria já havia sido aprovada pela Câmara dos Deputados e, por se tratar de uma PEC, não precisa passar pela sanção do presidente Jair Bolsonaro. A medida foi bastante festejada pelos parlamentares no plenário, tanto que o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (DEM-AP), já marcou para hoje a promulgação.

Os senadores alegaram que o repasse direto diminui a burocracia e, principalmente, tira do caminho a Caixa Econômica Federal. Atualmente, os Executivos estaduais e municipais precisam fazer convênio com a Caixa e designar um projeto específico para que possam utilizar os recursos direcionados. Nesse trâmite, os prefeitos perdem uma parcela do montante total designado.

A taxa cobrada pela Caixa varia de 2,5% a 11,7% sobre o valor das emendas - percentual considerado excessivo pelos congressistas. "Permite uma desburocratização muito aguda da transferência de recursos, concretizando um processo de descentralização de verbas das emendas parlamentares obrigatórias", apontou o relator, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

"Os recursos que eram repassados através da Caixa demoravam muito, até porque a fiscalização era demorada por falta de pessoas. Vai dar mais agilidade", avaliou o opositor Weverton Rocha (PDT-MA).

Anastasia já havia retirado do texto dois artigos que transferiam a fiscalização de parte das emendas para os tribunais estaduais e municipais. Mas, para diminuir resistências, fez um acordo com o senador Alvaro Dias (Podemos-PR) para que seja apresentado e votado rapidamente no próximo ano uma proposta deixando explícito que o Tribunal de Contas da União (TCU) continuará a ter competência para fiscalizar esses recursos.

O gasto, contudo, não será totalmente livre: 70% dos recursos das transferências especiais deverão ter aplicação final em despesas de capital, como obras públicas. Os 30% restantes podem ser aplicados em despesas de custeio, mas não podem ser usados para pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais ou de juros da dívida pública.

Um dos maiores entusiastas da proposta foi o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP). Ele havia prometido a aprovação do repasse direto durante a Marcha dos Prefeitos, em abril.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça
RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

Cadeiras elevatórias em casa por preços surpreendentemente acessíveis.
ESCADAS ELEVATÓRIAS | LINKS PATROCINADOS

Placar em julgamento no Supremo sobre ICMS é favorável aos Estados

Por ora, dois ministros consideraram crime não pagar ICMS declarado e um divergiu

Por **Beatriz Olivon** — De Brasília

12/12/2019 05h01 · Atualizado há 6 horas



Ministros do Supremo iniciaram ontem e devem retomar hoje o julgamento de recurso contra decisão do STJ que considerou a prática como crime — Foto: Divulgação/STF

O placar em um dos julgamentos mais esperados do ano, o que decidirá se é crime não recolher ICMS declarado, está favorável aos Estados. Por enquanto, dois ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) votaram pela criminalização e um contra. A sessão, iniciada ontem, deve ser retomada na tarde de hoje.

Para o relator do caso, ministro Luís Roberto Barroso, e o ministro Alexandre de Moraes, cobrar ICMS do consumidor final e não repassar ao Estado é apropriação indébita tributária, desde que fique demonstrado dolo (intenção). A pena é de seis meses a dois anos de detenção, além de multa. Em seguida, o ministro Gilmar Mendes divergiu.

No julgamento, os ministros analisam recurso apresentado contra a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que considerou crime o não recolhimento de ICMS declarado. No caso, dois empresários eram sócios e administradores de uma empresa em Santa Catarina e deixaram de recolher o imposto entre 2008 e 2011. A empresa entrou em três programas de parcelamento e não pagou a dívida, que totaliza R\$ 30 mil.

Os empresários foram denunciados pelo crime previsto no artigo 2º, inciso II, da Lei nº 8.137, de 1990. O dispositivo determina que configura crime à ordem tributária deixar de recolher tributo no prazo legal.

O STJ definiu a questão depois de a jurisprudência oscilar. Em 2004, os ministros passaram a reconhecer a tipicidade da conduta, ou seja, que é crime não recolher ICMS declarado. Em 2014, porém, passaram a sinalizar que apropriação indébita não poderia mais ser considerada crime. Naquele momento, os contribuintes pararam de sonegar (não declarar) e passaram a declarar e não pagar, segundo Barroso. “Aumentou exponencialmente a apropriação indébita tributária. “Houve uma migração”, disse.

O ICMS é o tributo mais sonegado do país. São R\$ 91,5 bilhões por ano, de acordo com o relator, citando dados do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT). O Rio Grande do Sul, exemplificou, perde R\$ 2 bilhões por ano pela sonegação do imposto. “É inequívoco o impacto que esse tipo de conduta produz sobre o erário”, afirmou.

Para o relator, porém, deve ser demonstrado o dolo. “Nem todo devedor de ICMS cometerá delito. Tem que haver apropriação indébita tributária praticada com dolo”, disse. Se o contribuinte for capaz de demonstrar objetivamente que está em situação financeira ruínosa, acrescentou, não haverá a criminalização.

O dolo, explicou o ministro, deve ser apurado na instrução criminal por meio de situações como inadimplência reiterada, venda de produtos abaixo do preço de custo, criação de obstáculo à fiscalização e uso de laranjas. Barroso acredita que é virtualmente impossível que alguém seja efetivamente preso pelo crime de apropriação indébita tributária.

O voto foi seguido pelo ministro Alexandre de Moraes. Para ele, se ganha mais sonegando imposto do Brasil do que jogando na roleta em Las Vegas. “Existem inúmeras formas de interpretações no nosso sistema tributário”, afirmou.

Em seguida, o ministro Gilmar Mendes decidiu adiantar seu voto e divergiu. Para ele, não basta o dolo. É necessário haver a real intenção de fraudar. De acordo com ele, não há, no caso, apropriação de valores de terceiros, diferente do que ocorre na apropriação indébita previdenciária. “A criminalização de mera dívida se equipara à prisão civil e fere a Constituição e o Pacto de San José”, disse.

O julgamento é importante para as finanças dos Estados. Em Santa Catarina, o ICMS corresponde a 85% da arrecadação de impostos, segundo o procurador-geral de Justiça de Santa Catarina, Fernando da Silva Comin, afirmou na defesa oral. “Não estamos diante de um caso de cobrança de R\$ 30 mil, mas de um devedor contumaz que constituiu três empresas e que tem dívida histórica de mais de R\$ 700 mil”, disse.

No Distrito Federal, o prejuízo com os 60 maiores devedores de ICMS declarado é de R\$ 1,3 bilhão e o patrimônio deles não é de nem 10% desse valor. “E o Estado nada tem a fazer a não ser olhar de braços cruzados”, afirmou Luciana Marques, pelo Colégio Nacional de Procuradorias-Gerais dos Estados e do Distrito Federal.

Por outro lado, o defensor público do Estado de Santa Catarina, Thiago Yukio, destacou que, a depender da decisão do Supremo, é possível que, da noite para o dia, milhares de pessoas passem a ser taxadas como criminosas. Segundo ele, cerca de 170 mil devedores de ICMS aguardam o julgamento em São Paulo. Em Santa Catarina, são 38 mil.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça
RETROVISOR MASTER VIEW

Veículo: Folha de SP	Caderno: Mercado
Data 12/12/2019	Página: --

FOLHA DE S.PAULO

Senado aprova liberação de repasse de emendas direto a estados e municípios

Emenda à Constituição precisa ser promulgada para que passe a valer

11.dez.2019 às 19h50 Atualizado: 11.dez.2019 às 20h37

[Daniel Carvalho](#) [Ricardo Della Coletta](#)

BRASÍLIA

O plenário do Senado aprovou nesta quarta-feira (11) uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que permite o [repasso de emendas parlamentares](#) diretamente a estados e municípios. No primeiro turno, foram 57 votos a favor e 2 contra. No segundo, 56 a 2. Os dois votos contrários foram dos senadores Reguffe (Podemos-DF) e Eduardo Girão (Podemos-CE).

Como o Senado apenas carimbou o texto vindo da Câmara, sem fazer alterações, ele já pode ser promulgado pelo presidente do Congresso, Davi Alcolumbre (DEM-AP). A cerimônia foi marcada para o fim da tarde desta quinta-feira (12). A [proposta já havia sido aprovada](#) no Senado em [abril deste ano](#), mas foi alterada pela Câmara e, por isso, precisou retornar à Casa de origem.

Alguns senadores chegaram a apresentar uma emenda para deixar de forma explícita que a fiscalização da transferência dos recursos ficaria a cargo do TCU (Tribunal de Contas da União). A mudança, no entanto, impediria a promulgação imediata e ameaçaria 142 parlamentares que, segundo Alcolumbre, mudaram a indicação de suas emendas individuais confiando na aprovação da PEC ainda neste ano.

Foi feito, então, um acordo para que uma nova proposta seja apresentada em fevereiro para deixar de forma clara que a fiscalização caberá ao TCU. "Como surgiu esta dúvida, para favorecer o acordo, votar [a PEC] ainda neste mês e tê-la promulgada a tempo de ser aplicada no Orçamento do próximo ano, temos a possibilidade de fazer este avanço", disse o relator da matéria, senador Antonio Anastasia (PSDB-MG).

Sob o argumento de desburocratizar a liberação de ajuda às suas bases, o dinheiro de emendas individuais impositivas poderá chegar aos caixas de prefeituras e governos estaduais sem uma destinação específica e sem a fiscalização e o cumprimento de exigências feitas atualmente pela Caixa Econômica Federal e órgãos federais de controle. O texto tira da União a possibilidade de remanejar recursos que eventualmente ficam retidos por falhas nos convênios ou restrições feitas pela Caixa.

Deputados e senadores argumentam que, além de a Caixa impor uma série de restrições, cobra valores muito elevados para fazer o monitoramento e o repasse dos recursos. A versão que havia sido aprovada no início do ano permitia que a verba fosse utilizada para pagamento de pessoal, possibilidade que foi retirada pela Câmara.

As emendas de cada parlamentar, que são de pagamento obrigatório, podem chegar a estados e municípios por doação --que na nova redação passa a ser chamada de transferência especial-- ou com finalidade de despesa definida. Na primeira modalidade, os recursos são repassados independentemente da celebração de um convênio e passam a pertencer ao estado ou município. O prefeito ou governador pode usar este dinheiro como bem entender, sem que o parlamentar defina uma obra.

Inicialmente, como o texto não fazia nenhuma ressalva, parlamentares entendiam que o dinheiro poderia ser usado no pagamento de despesas com pessoal ativo ou inativo ou de encargos referentes ao serviço da dívida. A Câmara estabeleceu que pelo menos 70% das transferências especiais têm de ser usados para investimento e, no máximo, 30% para custeio.

Anastasia acolheu uma emenda que retira o trecho da PEC em que ficava explícito que o controle dos recursos destinados mediante transferência especial ficaria a cargo dos órgãos de controle interno dos estados e municípios e pelos TCMs (Tribunais de Contas dos Municípios) e TCEs (Tribunais de Contas dos Estados). Este parágrafo contava com a resistência de alguns parlamentares, que consideram estes órgãos passíveis de influência política nos estados e municípios.

Também foi suprimido o parágrafo que dizia que, quando a transferência se desse com finalidade de despesa definida, a aplicação dos recursos seria fiscalizada pelos órgãos de controle interno federal e pelo TCU.

O vácuo deixado em torno da fiscalização foi o que motivou o líder do Podemos, Alvaro Dias (PR), a apresentar uma emenda para tratar do assunto. "Mais do que nunca, hoje, a sociedade brasileira exige o endurecimento da legislação e o fortalecimento dos mecanismos de fiscalização e controle na aplicação de recursos públicos", afirmou Dias, que apresentará em fevereiro a proposta para explicitar a responsabilidade do TCU. "O mau administrador ou até o parlamentar que quiser, em conluio, promover desvios tira o Tribunal de Contas da fiscalização. Vamos iniciar já uma coleta de assinaturas para que isso seja acrescido no texto constitucional. Há um compromisso firmado", disse o líder do PSL, senador Major Olímpio (SP).

O texto oriundo da Câmara traz outras duas inovações. Fixa-se a possibilidade de que estados e municípios celebrem, se desejarem, contratos de cooperação técnica para o acompanhamento da execução destas programações. Na prática, isso possibilita que governos e prefeituras beneficiários que quiserem continuem a ser assessorados pela Caixa Econômica Federal. A proposta também estipula que, no primeiro exercício de vigência da PEC, 60% das transferências especiais sejam executadas financeiramente no primeiro semestre para evitar que, em um ano eleitoral como 2020, haja contingenciamento dos recursos como forma de pressão político-partidária.

A PEC DAS EMENDAS PARLAMENTARES

- 1** Dinheiro de emendas individuais impositivas poderá chegar aos caixas de prefeituras e governos estaduais sem destinação específica e sem a fiscalização e o cumprimento de exigências feitas atualmente pela Caixa e órgãos federais de controle
- 2** Deputados e senadores argumentam que, além de a Caixa impor uma série de restrições, cobra valores muito altos para fazer o monitoramento e o repasse dos recursos
- 3** Senadores acordaram que nova proposta será apresentada em 2020 para deixar claro que fiscalização caberá ao TCU

FOLHA DE S.PAULO

Relator no STF vota por considerar crime não pagar ICMS

Reynaldo Turolo Jr.

BRASÍLIA O plenário do STF (Supremo Tribunal Federal) começou a julgar nesta quarta (11) um processo que discute se é crime um comerciante deixar de pagar o ICMS que declarou à Fazenda estadual.

A discussão é se o não pagamento do ICMS (imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) é mera inadimplência ou se é crime de apropriação indébita, uma vez que o comerciante recebeu do consumidor o valor, que estava embutido no preço da mercadoria, e não o repassou ao estado.

A situação em debate é diferente da sonegação, quando o empresário omite das autoridades o valor que deve ser pago. O que se discute são os casos em que os comerciantes informam o ICMS devi-

do, mas não pagam no prazo.

O relator do processo, ministro Luís Roberto Barroso, votou pela possibilidade de criminalização, considerando a análise caso a caso. Para ele, o juiz deve diferenciar se o empresário é um devedor contumaz ou se não pagou no prazo por estar enfrentando alguma dificuldade financeira.

O ministro Alexandre de Moraes acompanhou Barroso. Já Gilmar Mendes abriu a divergência, afirmando que o não pagamento é mero inadimplimento, e não crime. O julgamento foi suspenso e deve ser retomado nesta quinta (12).

A discussão chegou ao STF a partir de um caso de dois empresários de Santa Catarina. Eles declararam operações de venda ao fisco, mas deixaram de pagar o ICMS devido. Foram denunciados pelo Ministério Público estadual sob acu-

sação de crime previsto na lei que define os crimes contra a ordem tributária (8.137/1990).

O crime é o de "deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos".

O juiz de primeiro grau absolveu os empresários por considerar que o fato não se enquadrava nessa lei. O Ministério Público recorreu, e o Tribunal de Justiça catarinense os condenou.

A Defensoria Pública pediu habeas corpus ao STJ (Superior Tribunal de Justiça), que rejeitou o pedido e considerou que o não pagamento configurou crime. A defensoria recorreu, então, ao Supremo contra a decisão do STJ.

A decisão do Supremo valerá só para o caso concreto, mas é

uma sinalização da corte para as instâncias inferiores. Hoje, segundo Barroso, cada Tribunal de Justiça entende de uma maneira. Em Santa Catarina, por exemplo, o não pagamento do ICMS declarado é considerado crime, enquanto no Rio Grande do Sul, não.

Ainda segundo o ministro, se for considerado crime, o não pagamento poderá causar transtornos a quem for acusado, mas não levará para a cadeia porque as penas previstas são baixas.

"É praticamente impossível que alguém seja efetivamente preso por esse crime. A pena é bem baixa, de seis meses a dois anos", disse Barroso.

"O cidadão comum paga mais [pela mercadoria] para que o comerciante recolha esse tributo para a Fazenda estadual. Tenho dificuldade para entender que argumento le-

gitimaria que o comerciante, que acresceu esse valor ao preço, pudesse não recolhê-lo ao fisco. Os comerciantes são meros depositários desse ingresso de caixa que deve ser recolhido aos cofres públicos."

Moraes usou o mesmo argumento. "Aquele que recolhe esses valores [ICMS] tem a posse temporária. Não se transformou de dinheiro público, vindo de imposto, em patrimônio particular. No momento em que ele [comerciante] se apropriou, ele se apropriou indevidamente", disse.

Para Gilmar, diferentemente, para haver crime, é preciso haver fraude, como acontece nos casos de sonegação. "A intervenção criminal só se justifica na medida em que houver fraude pelo agente. Na falta de tal elemento, resta cristalino o vilipêndio da criminalização do mero inadimplimento."

STJ libera revisão que inclui todos os salários em benefício do INSS

O Superior Tribunal de Justiça decidiu, por unanimidade que os segurados do INSS têm direito à revisão da vida toda. A definição vale para todos os processos do tipo sobre o mesmo tema. A correção consiste em pedir à Previdência o recálculo da média salarial, considerando todos os salários do trabalhador, mesmo os anteriores a julho de 1994, antes do Real. Atualmente, para calcular a média dos salários que será a base de pagamento da aposentadoria, o INSS utiliza apenas as remunerações em reais. Em nota, a AGU, que representa o governo federal na Justiça, diz que cabe recurso no STF

PETROBRAS

Para empresa, controle de preços de combustíveis não se justifica

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL
Agência Brasil, Rio de Janeiro

O preço dos combustíveis tem que ser tratado como o de qualquer outro produto e não se deve definir periodicidade para os reajustes. A conclusão é do presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, que descartou ainda um controle de preços. Para

o executivo, a atual política de preços é positiva para a companhia e para o Brasil.

“Tem periodicidade para o preço da carne. O preço da carne deu um salto com o choque de oferta. E aí? Vamos fazer periodicidade e controlar o preço da carne? Não vai porque o controle de preços pertence ao museu de armas falidas contra a in-

flação há muito tempo”, disse, durante café da manhã com jornalistas, na sede da empresa, no centro do Rio.

Outros índices

“Não se justifica nenhum controle de preços de combustíveis, periodicidade. Deixa o mercado livre”.

O presidente disse que não tem “a menor preocu-

José Souza / Ag. A TARDE / 4.9.2019



Os postos de combustíveis praticam preços livres

pação” com uma possível deflagração de greve dos caminhoneiros, em consequência dos preços do diesel como ocorreu no governo Temer. Segundo Castello Branco, o problema da categoria é um excesso de oferta dos serviços causada pela expansão de crédito do BNDES especificamente entre 2008 e 2015.

A TARDE

O jornal de toda Bahia

ESTÁVEL Após quarta queda, comitê diz que manterá Selic neste patamar por um longo período

Copom reduz juros básicos para 4,5% ao ano, o menor da história

WELLTON MÁXIMO

Agência Brasil, Brasília

Pela quarta vez seguida o Banco Central (BC) diminuiu os juros básicos da economia. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a taxa Selic para 4,5% ao ano, com corte de 0,5 ponto percentual. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

Com a decisão de ontem, a Selic está no menor nível desde o início da série histórica do Banco Central, em 1986. De outubro de 2012 a abril de 2013, a taxa foi mantida em 7,25% ao ano e passou a ser reajustada gradualmente até alcançar 14,25% ao ano em julho de 2015. Em outubro de 2016, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano em março de 2018, só voltando a ser reduzida em julho deste ano.

Em comunicado, o Copom indicou que será cauteloso e deverá manter os juros básicos em 4,5% ao ano por um longo período, sempre avaliando as condições da economia. O BC reiterou a necessidade de continuidade nas reformas estruturais da economia brasileira para que os juros permaneçam em níveis baixos por longo tempo.



O Comitê de Política Monetária reduziu a taxa Selic pela quarta vez este ano

SELIC É REFERÊNCIA PARA OUTRAS TAXAS

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos públicos no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em novembro, o indicador fechou em 0,51%, o maior resultado para o mês desde 2015. A inflação foi impulsionada pela alta do dólar e pelo preço da carne, mas continua abaixo da meta. Em 12 meses, o IPCA acumula 3,27%.

Meta

Para 2019, o Conselho Monetário Nacional (CMN) estabeleceu meta de inflação de 4,25%, com margem de tolerância de 1,5 ponto per-

centual. O IPCA, portanto, não poderá superar 5,75% neste ano nem ficar abaixo de 2,75%. A meta para 2020 foi fixada em 4%, também com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual.

No Relatório de Inflação divulgado no fim de setembro pelo Banco Central, a autoridade monetária estima que o IPCA continuará abaixo de 4% até 2022. De acordo com o boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras divulgada pelo BC, a inflação oficial deverá fechar o ano em 3,84%.

Crédito mais barato

A redução da taxa Selic estimula a economia porque juros menores barateiam o crédito e incentivam a produção e o consumo em um cenário de baixa atividade econômica. No último Relatório de Inflação, o BC projetava expansão da economia de 0,9% para este ano e de 1,8% em 2020. Novas projeções serão divulgadas no próximo dia 19, na edição de dezembro do relatório.

As estimativas do mercado estão mais otimistas, depois do aquecimento econômico registrado no terceiro trimestre. Segundo o boletim Focus, os analistas econômicos preveem crescimento de 1,1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 12/12/2019	Caderno: Economia



S&P eleva perspectiva de nota de crédito do Brasil

Nota do País segue BB-, mas viés sobe de estável para positivo; avanço 'mais rápido das reformas' embasa decisão, diz agência

O avanço “mais rápido de reformas fiscais e aumento do ritmo do Produto Interno Bruto (PIB) acima do esperado” para os próximos anos podem levar o Brasil a receber uma elevação da nota soberana pela S&P Global Ratings, comentou em entrevista exclusiva ao Estadão/Broadcast Livia Honsel, diretora associada da agência internacional de rating. Ontem, a instituição reafirmou a nota BB do País, mas elevou a perspectiva, de estável para positiva.

Livia não expressou quando tal avaliação mais favorável da nota soberana do Brasil poderia ocorrer pela S&P. “Uma retomada mais forte do crescimento pode ter efeito positivo para avaliação de rating do País. O progresso das reformas fiscais também seria favorável. Não se trata de fatos específicos, mas de um conjunto de elementos que mostrarão uma evolução das condições econômicas do Brasil.”

A diretora associada da S&P ponderou, contudo, que se não avançarem as reformas fiscais em 2020, tal situação poderá ter impacto na avaliação da nota soberana do Brasil. “Certamente isso será considerado por nós”, destacou. “Temos 12 meses para a próxima decisão sobre rating, mas monitoramos o Brasil e ações da nossa parte podem ocorrer antes.”

De acordo com Livia Honsel, os juros básicos menores, que ajudarão a reduzir o tamanho do déficit nominal nos próximos anos, e um cenário de encolhimento deste passivo do governo foram fundamentais para a elevação da perspectiva do País, de neutra para positiva. “A aprovação da reforma da Previdência também contribuiu para esta melhora de avaliação para o Brasil, que tem também um cenário de aumento do crescimento, com alta do PIB de 2,0% (no próximo ano) e de 2,2% (em 2021).”

Avanço. O diretor de pesquisa para América Latina do banco Goldman Sachs, Alberto Ramos, afirmou ao Estadão/ Broadcast que a decisão da agência de classificação de risco S&P Global Ratings de elevar a perspectiva do Brasil de neutra para positiva premia agenda de reformas tocada pelo governo e a retomada do crescimento do PIB.

O Tesouro Nacional avaliou hoje que a decisão da S&P Global Ratings “corrobora a agenda de reformas econômicas implementadas pelo governo brasileiro”. Segundo o órgão, as medidas de ajuste fiscal e a retomada do crescimento econômico fundamentaram a decisão.

“Entre os principais pontos que motivaram a decisão da agência, destacam-se a aprovação da reforma da Previdência, a recuperação do crescimento influenciado por uma demanda doméstica forte, a expectativa de redução dos déficits fiscais dos próximos anos e o cenário de taxas de juros estruturalmente mais baixas que auxilia na redução do déficit nominal”, informou o Tesouro em nota./COLABOROU

“Temos 12 meses para a próxima decisão sobre rating, mas monitoramos o Brasil e ações da nossa parte podem ocorrer antes.”

FOLHA DE S.PAULO

Agência vê avanço fiscal e eleva perspectiva para nota de crédito do Brasil

S&P cita aprovação da reforma da Previdência e possibilidade de continuidade da agenda em 2020, mas aponta risco políticos

SÃO PAULO A agência de classificação de risco de crédito S&P elevou nesta quarta-feira (11), de estável para positiva, a perspectiva para o rating de longo prazo em moeda estrangeira do Brasil, hoje em BB- (três degraus abaixo do selo de bom pagador).

A decisão foi divulgada no mesmo dia em que o risco-país alcançou o menor patamar em mais de seis anos.

Embora preveja que a relação dívida/PIB do país deva continuar a crescer nos próximos três anos, a agência citou a perspectiva de melhora da posição fiscal do país, após a aprovação da reforma da Previdência e com a perspectiva de continuidade da agenda fiscal em 2020, embora o risco de reveses continue material.

A S&P foi a primeira agência a retirar o grau de investimento do país em 2015. Em entrevista à *Folha* em outubro, a analista principal da S&P para o rating soberano do Brasil, Livia Honsel, disse que a melhora da nota dependia de medidas para reduzir o déficit e estimular o crescimento de longo prazo.

A expansão do PIB em 2020 já era vista como fator fundamental para a melhora da nota e para o apoio parlamentar à agenda econômica.

“O viés positivo reflete perspectivas para uma elevação da nota em dois anos, se progressos adicionais — sejam em priorização, aprovação ou execução — da ampla agenda fiscal e de crescimento do governo permitirem uma redução mais rápida dos déficits fiscais do Brasil e uma estabilização da dinâmica de dívida”, afirmou a S&P em comunicado.

A agência destacou que as

NOTA DO BRASIL NAS PRINCIPAIS AGÊNCIAS

S&P
BB- com perspectiva positiva

Fitch
Manteve o rating do Brasil em BB-, com perspectiva estável

Moody's
BA2, também três degraus abaixo do grau de investimento e estável

medidas de consolidação fiscal promovidas pelo governo, aliadas à redução da taxa de juros e à agenda de reformas, devem contribuir para um crescimento mais forte e para perspectivas de investimentos ao longo dos próximos três anos.

Segundo a agência, a nota do país também pode ser elevada se a dinâmica de crescimento do PIB começar a se comparar mais favoravelmente com países de nível de desenvolvimento econômico semelhante. Uma melhora do rating também pode advir de um fortalecimento do perfil externo do país, a despeito da volatilidade global.

AS&P disse que pode revisar a perspectiva para estável, caso questões econômicas ou de política prejudiquem a aprovação de reformas nos próximos dois anos, “abalando as perspectivas para a redução dos déficits públicos e estabilização das tendências de dívida, assim como limitando as perspectivas de crescimento de médio prazo”.

Em novembro, a agência Fitch manteve o rating do Brasil em BB-, também três degraus abaixo do grau de investimento, e afirmou ver risco na instabilidade do governo e no andamento das reformas econômicas na área fiscal.

O governo tem destacado que o risco-país do Brasil medido pelo CDS (Credit Default Swap) de cinco anos está no menor patamar em mais de seis anos, mas a nota de crédito não reflete isso.

O índice funciona como um termômetro informal da confiança dos investidores em relação a economias, especialmente as emergentes, e sua

queda pode indicar uma melhora futura no grau de investimento do país.

Nesta quarta-feira (11), o CDS estava em 109 pontos, menor patamar desde maio de 2013, quando o Brasil ainda tinha o selo de bom pagador.

O CDS começou a cair de forma mais vigorosa após a reforma da Previdência passar no Congresso. A medida é vista como crucial para estabilizar a dívida pública, o que diminui o risco de um calote no futuro.

Mas o CDS já vinha em trajetória de queda desde o começo do ano, acompanhando a euforia do mercado financeiro que se refletia em outros indicadores. Entre eles estão a alta da Bolsa brasileira para máximas históricas e a queda nos contratos de juros futuros (que sinalizam a remuneração exigida para emprestar ao governo e despencaram a patamares inimagináveis no Brasil).

No início do mês, o secretário do Tesouro, Mansueto Almeida, disse esperar que, nos próximos meses, pelo menos duas agências de classificação de risco colocassem a nota de crédito do Brasil em perspectiva positiva, ou seja, com indicação de que o país subirá um degrau na escada que o separa do grau de investimento. “A perspectiva é muito boa [de ter melhora na nota de crédito do Brasil em 2020]. Se a gente persistir nas reformas, o upgrade é questão de tempo”, afirmou o secretário.

No mesmo dia, o ministro Tarcísio Freitas (Infraestrutura) disse que o país caminha para retomar o grau de investimento.

Com a Reuters

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data 12/12/2019	Página: 05

Tribuna

Maia diz que reduzir fundo eleitoral para R\$ 2,5 bilhões é 'a melhor solução'

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou ontem que reduzir o fundo eleitoral para R\$ 2,5 bilhões “é a melhor solução”. O relator do Orçamento de 2020, Domingos Neto (PSD-CE), pretendia aumentar para R\$ 3,8 bilhões o dinheiro público para custear as campanhas eleitorais do ano que vem. Como o Estado mostrou nesta terça-feira, 10, líderes partidários já admitem reduzir essa previsão para R\$ 2,5 bilhões após o governo pressionar com a possibilidade de vetar o valor aumentado. “Acho que se a decisão for valor menor para garantir que os recursos não estão atingindo nenhuma área fundamental, acho que é a melhor solução exatamente pela sensibilidade que esse tema tem na sociedade”, disse Maia. O Estado de S.Paulo



Tribuna

Copom reduz taxa básica de juros para 4,5% ao ano

Yvna Sousa, TV Globo
Brasília

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu ontem reduzir a taxa básica de juros de 5% para 4,5% ao ano. A redução já era esperada pelos analistas do mercado financeiro.

Com a decisão, a Selic atingiu o menor percentual desde a adoção do regime de metas para a inflação, em 1999. O atual ciclo de redução dos juros começou em julho deste ano.

Em comunicado, o Copom não sinalizou a possibilidade de um novo corte, sugerindo o fim do atual ciclo de redução dos juros, iniciado em julho deste ano.

"O Copom entende que o atual estágio do ciclo econômico recomenda cautela na condução da política monetária. O Comitê enfatiza que seus próximos pas-

sos continuarão dependendo da evolução da atividade econômica, do balanço de riscos e das projeções e expectativas de inflação", diz o comunicado divulgado após a reunião.

CENÁRIO ECONÔMICO

No comunicado, o comitê avaliou que a recuperação da economia "ganhou tração", principalmente se comparado com o primeiro trimestre do ano. "O cenário do Copom supõe que essa recuperação seguirá em ritmo gradual", diz o texto.

Além disso, considera que houve uma melhora no cenário externo, que se tornou "relativamente favorável para as economias emergentes" desde a última reunião, em outubro.

SELIC E INFLAÇÃO

O Copom se reúne a cada 45 dias para definir a Selic, buscando o cumprimento da meta de inflação.

A meta é fixada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

A meta central de inflação para 2019 é de 4,25% e, como o sistema prevê margem de tolerância, será considerada formalmente cumprida se ficar entre 2,75% e 5,75%. Para 2020, o objetivo central de inflação é de 4% (tolerância entre 2,5% e 5,5%).

Quando a inflação está alta ou indica que ficará acima da meta, o Copom eleva a Selic. Dessa forma, os juros cobrados pelos bancos tendem a subir, encarecendo o crédito e freando o consumo, assim, reduzindo o dinheiro em circulação na economia. Com isso, a inflação tende a cair.

Se as estimativas para a inflação estiverem em linha com a meta, como ocorre no cenário atual, é possível reduzir os juros. Isso estimula a produção e o consumo.



Tribuna

Dólar fecha em baixa, cotado a R\$ 4,11

G1

O dólar recuou ontem, numa sessão marcada pela decisão do Fed de manter os juros nos Estados Unidos e pela expectativa com a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) no Brasil.

A moeda norte-americana encerrou vendida a R\$ 4,1179, em queda de 0,73%. Na mínima, marcou R\$ 4,1092.

Na parcial do mês, o dólar recuou 2,87%. No acumulado do ano, tem alta de 6,29%.

Segundo Italo Abucater, gerente de câmbio da Tullett Prebon, o movimento desta quarta-feira também reflete o otimismo em relação à entrada de fluxos no Brasil. "Tivemos um ano difícil de fluxo, mas agora começaram a aparecer algumas perspectivas de entrada, como o IPO da XP. São fluxos recentes que fizeram com que melhorasse o ce-

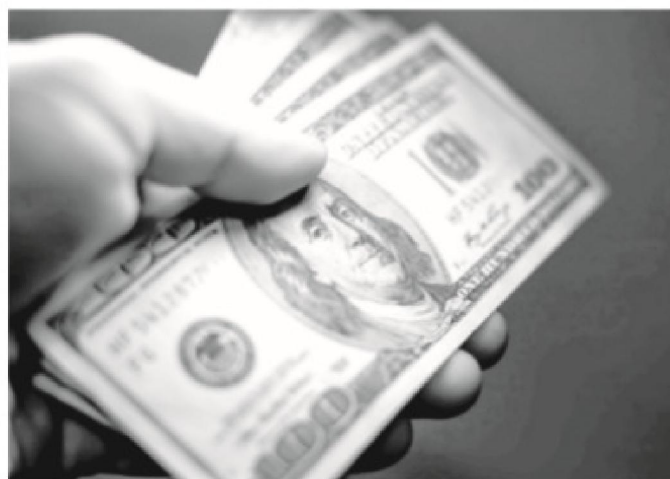
nário no Brasil."

A plataforma de serviços financeiros XP precificou na terça-feira a maior oferta inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) de uma empresa brasileira este ano, a US\$ 27 dólares na Nasdaq, acima da faixa de preço inicial, e levantou cerca de US\$ 2,25 bilhões.

Fed e Copom

Nesta tarde, o Federal Reserve (Fed, o Banco Central dos EUA) anunciou a manutenção da taxa básica de juros do país no intervalo entre 1,5% e 1,75%. A decisão veio em linha com a expectativa do mercado.

Já por aqui, o Banco Central anuncia às 18h20 a nova taxa Selic. A previsão do mercado é de novo corte, de 0,5 ponto percentual, reduzindo os juros de 5% para 4,5% ao ano, mas os investidores estarão de olho na comunicação da decisão em busca de sinais sobre o encerramento ou continuidade do ciclo de cortes.



Para o fim de 2020, a projeção do mercado continuam 4,5% ao ano, de modo que o mercado mantém a previsão de juros estáveis no ano que vem, segundo a última pesquisa Focus do Banco Central.

A forte queda na taxa básica de juros brasileira desde o fim de 2016 tem sido um importante fator para a depreciação recente

do real, destaca a Reuters.

Em outubro de 2016, quando a Selic estava em 14,25% ao ano, o BC começou um ciclo de cortes que, intercalado com pausas, trouxe o juro básico à mínima histórica atual de 5%. No período, o real acumula depreciação de 22%, saindo de R\$ 3,25 por dólar para os atuais patamares em torno de R\$4,15.

Tribuna

Bancos anunciam cortes de juros em linhas de crédito acompanhando a Selic

Estadão

Os grandes bancos brasileiros anunciaram reduções de juros de algumas de suas principais linhas de crédito, logo depois da decisão do Banco Central de cortar a taxa básica (Selic) em 0,50 ponto percentual, de 5% para 4,50% ao ano.

O Banco do Brasil reduzirá a partir de segunda-feira, 16, por exemplo, os juros nas linhas de Crédito Automático e Renovação passam a ter taxa mínima de 2,87%, e o crediário de 3,11% ao mês. A linha de home equity terá redução de 1,34% ao mês para 1,30%

ao mês, na mínima, e de 1,72% para 1,68%, na máxima. Na linha de financiamento de veículos, as taxas mensais passam a ser de 0,60% ao mês, para carros novos. Para as empresas, a linha de desconto de títulos passa a ter juros mínimos de 1,04% ao mês, ante 1,08% anteriormente. No desconto de cheque, os juros passam de 1,27% para 1,23% ao mês. Isso nos prazos de 45 dias. O BB ainda fez alguns ajustes em suas linhas de capital de giro desde a reunião anterior do Copom, e para prazo de 720 dias, as taxas mínimas caíram de 1,47% para 1,22% ao mês. Por fim, no agrone-

gócio, o BB afirma que conta com taxas melhores para financiar o custeio pecuário, inclusive para veículos utilitários, com juros de 0,62% ao mês.

O Itaú Unibanco repassou integralmente o corte da Selic para suas taxas de empréstimo pessoal, para pessoas físicas, e capital de giro, para empresas. Segundo o banco, os custos finais variam de acordo com o perfil do cliente, e os novos valores valem a partir da próxima terça-feira (17).

Já o Bradesco anunciou que reduzirá os juros de suas principais linhas a partir de segunda-feira, sem especificar linhas e taxas.

Tribuna

49% consideram que economia vai melhorar ou melhorar muito

A economia brasileira deve melhorar ou melhorar muito para 49% da população, segundo pesquisa CNI/Ibope divulgada ontem. Para 24% dos entrevistados, a situação deve ser a mesma no próximo ano. O mesmo percentual afirma que vai piorar ou piorar muito a economia e 3% não sabem ou não responderam.

A pesquisa foi divulgada em evento da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para homenagear o presidente da República, Jair Bolsonaro, com o Grande

Colar da Ordem do Mérito Industrial da confederação.

O levantamento foi realizado com 2 mil eleitores de 16 anos ou mais em 127 municípios de todo país. As entrevistas ocorreram de 5 a 8 de dezembro de 2019.

A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais e o grau de confiança é de 95%.

Também foi divulgada pesquisa de avaliação das políticas do governo, com perguntas que ainda não haviam sido feitas em sondagens CNI/Ibope.

Tribuna

S&P melhora perspectiva de nota de crédito do Brasil

**Luísa Melo e Luiz
Guilherme Gerbelli, G1**

A agência de classificação de risco Standard & Poor's revisou na noite de ontem a perspectiva da nota de crédito do Brasil de estável para positiva. A nota permanece em BB.

A mudança de rating deixa O Brasil mais próximo de melhorar a nota dada pela agência nos próximos meses.

Ao melhorar a perspectiva da nota brasileira, a agência destacou que o governo adotou medidas destinadas a melhorar as contas fiscais do país – sobretudo com a reforma da Previdência – e tem incentivado o avanço do crédito privado na economia. A S&P disse ainda que a revisão reflete uma expectativa de melhora da nota para o país nos próximos dois anos se essa agenda avançar. O Brasil ainda está três graus distantes grau de investimento, sob a classificação

da Standard & Poor's. A marca, perdida em 2015, é uma espécie de "selo de bom pagador" que assegura que o país é capaz de honrar seus compromissos financeiros. Embora tenha melhorado a avaliação sobre a economia brasileira, a S&P destacou que a agenda de reformas necessárias o país ainda é extensa.

Em novembro, o governo elaborou três propostas de emenda à constituição (PEC): a do pacto federativo, a emergencial, que propõe que os gatilhos existentes no caso de descumprimento do teto de gastos públicos sejam acionados, e a dos fundos públicos.

A S&P acredita que o governo consiga aprovar ao menos uma parte dessas reformas. "Esperamos que algumas partes desses projetos sejam aprovadas nos próximos dois anos", pontuou a agência.

Aras atua contra 'bomba' fiscal em caso do PIS/Cofins

Para atenuar passivo de R\$ 250 bilhões, PGR quer devolução a contribuintes só daqui para frente

Por Daniel Rittner e Murillo Camarotto — De Brasília

12/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas



Augusto Aras, procurador-geral da República: modulação representa oportunidade para que Estado possa ser reorganizar — Foto: Divulgação

Em novo pronunciamento, recém-enviado aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e obtido pelo **Valor**, a Procuradoria-Geral da República (PGR) se alinha à equipe econômica e reforça a tentativa do governo de desarmar uma “bomba” fiscal.

O procurador-geral, Augusto Aras, assina um memorial ao STF defendendo que seja aplicada só daqui para frente a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da Cofins. Ele chama atenção para o “grave impacto nas contas públicas” de uma eventual devolução aos contribuintes, pelo governo, de todo o montante arrecado a mais em PIS/Cofins. O procurador alerta que esse cenário poderia “comprometer o funcionamento dos órgãos do Estado, os investimentos públicos e a implementação dos direitos sociais”.

O caso foi decidido pelo Supremo em 2017. A União saiu derrotada. Por meio de embargos declaratórios, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) - vinculada ao Ministério da Economia - solicitou a chamada modulação dos efeitos da decisão, para que o entendimento seja aplicado apenas a partir do julgamento do recurso. Isso reduziria o impacto aos cofres públicos.

Estimativas apresentadas pela PGFN no julgamento do caso indicam que a União precisaria devolver R\$ 250 bilhões aos contribuintes. Se a modulação definir que a mudança se aplica somente para o futuro, empresas com ações já ajuizadas ficariam impedidas de recuperar o valor adicional pago nos últimos anos. Mais de 9 mil processos estão pendentes. A decisão do STF tem repercussão geral e sua implementação depende do desfecho sobre os embargos declaratórios, que o presidente Dias Toffoli havia prometido colocar em pauta neste ano.

“Considerando-se apenas a incidência do ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins - excluído portanto o potencial da tese adotada impactar em outras controvérsias -, a repercussão financeira pretérita do julgamento (repetições de indébito) monta a mais de R\$ 250 bilhões, até 2015”, afirma o procurador-geral no documento. “Tais números, no que tange às perdas, foram atualizados na LDO [Lei de Diretrizes Orçamentárias] de 2020, sendo que para o ano de 2019 encontrou-se valor aproximado de R\$ 47 bilhões e, para um período de apenas cinco anos retroativos, o valor de R\$ 246 bilhões”, acrescentou.

“Nacionalmente, 9.484 processos foram sobrestados à espera do resultado deste julgamento, podendo aumentar os sobreditos valores em desfavor do Estado. Com fundamento na exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e Cofins, só no Estado de São Paulo, o montante de valores pleiteados por contribuintes, já em fase de liquidação, monta a mais de R\$ 16 bilhões”, observou.

Pedido de Aras: aplicação somente a partir do exercício financeiro subsequente àquele em que ocorrer a publicação do acórdão sobre os embargos. No caso de publicação em 2020, seria apenas em 2021 - e assim sucessivamente. Essa modulação “representa uma oportunidade para que o Estado, surpreendido por julgamento economicamente tão impactante, reorganize-se sob o ângulo fiscal e orçamentário, evitando comprometer o desempenho de suas próprias finalidades”.

Aras também cogita uma alternativa: caso o STF não concorde com essa tese, ele propõe a aplicação a partir de 2018, ano subsequente ao do acórdão do julgamento do mérito, que foi publicado em outubro de 2017.

Em junho deste ano, a então procuradora-geral, Raquel Dodge, elaborou parecer na mesma linha de seu sucessor. Ela também apontou o risco de desorganização das finanças públicas a partir de “importante modificação no sistema tributário brasileiro”.

O memorial de Aras complementa o parecer remetido ao STF em junho. Críticos desse entendimento alegam que, se a modulação for aceita pelos ministros do STF, poderia provocar uma reviravolta no mercado. Isso porque muitas empresas que têm decisões favoráveis para a exclusão do ICMS do cálculo das contribuições passaram a utilizar os créditos que calculam ter direito.

No âmbito das propostas de reforma tributária discutidas no Congresso, o ICMS não ficará na base de cálculo do PIS/Cofins. Isso implicará um aumento na alíquota das duas contribuições.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados portaboola

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça
RETROVISOR MASTER VIEW

LINK PATROCINADO

Cadeiras elevatórias em casa por preços surpreendentemente acessíveis.
ESCADAS ELEVATÓRIAS | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

O combo mais imperdível está de volta! 3 camisas sociais Ralph Lauren por R\$ 349,00
KIT SHOP

LINK PATROCINADO

Pare de perder dinheiro para os bancos
EUQUEROINVESTIR.COM

ES se articula com Minas para investir em logística

Espírito Santo e Minas Gerais articulam lançamento de plano de desenvolvimento estratégico conjunto em fevereiro de 2020

Por **Rodrigo Carro e Rafael Rosas** — Do Rio

12/12/2019 05h01 · Atualizado há 5 horas



Os governadores do Espírito Santo e de Minas Gerais costuram um plano conjunto para ampliar a integração logística entre os Estados e reforçar as reivindicações de ambos na área de infraestrutura. A parceria é parte de um plano de investimentos mais amplo, a ser financiado em parte com recursos do governo capixaba. Na estimativa do governador Renato Casagrande (PSB), o montante de investimentos do Espírito Santo deve atingir R\$ 1,5 bilhão neste ano. Outros R\$ 6 bilhões a R\$ 7 bilhões estão garantidos para os próximos três a quatro anos, acrescentou ele.

Um plano de desenvolvimento, capitaneado pelas federações das indústrias capixaba e mineira, está em fase de elaboração. “Dia 17 [de novembro] fui a Minas Gerais, conversei com o governador [Romeu] Zema, conversei com o conselho da federação das indústrias de Minas. Levei o presidente da federação das indústrias do Espírito Santo e nós vamos lançar no dia 17 de fevereiro o plano de desenvolvimento estratégico conjunto do Espírito Santo e de Minas Gerais”, disse Casagrande ao **Valor**.

Embora a agenda de trabalho ainda não esteja definida, o governador do Espírito Santo citou projetos de infraestrutura que considera vitais dentro da parceria com Minas Gerais, como a recuperação da BR-262, rodovia que liga Vitória a Dourados (MS). “O governo [federal] quer fazer a concessão dela junto com a [BR] 381, que liga Belo Horizonte a [Governador] Valadares. Ótimo, se der certo, excelente. Pode ser que não dê certo, porque é uma rodovia cara. Talvez precise de investimento público primeiro”, afirmou Casagrande.

Ele destacou ainda como fundamental a integração da malha ferroviária da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM), da Vale, com a da VLI. A VLI detém as ferrovias Norte Sul (FNS) e Centro-Atlântica (FCA). “O Espírito Santo quer ser uma das saídas do Brasil para o mundo e uma das entradas do mundo para o Brasil”, justificou Casagrande.

A estratégia capixaba de investimento, seja em parceria com Minas Gerais, seja isoladamente, passa pela constituição de fundos. Além de um fundo soberano abastecido com recursos de royalties e participações especiais de petróleo que conta com aporte de R\$ 150 milhões, o Espírito Santo criou um voltado para financiar projetos na área de infraestrutura.

A previsão é de que este segundo fundo receba R\$ 1,5 bilhão até 2022 em recursos oriundos de um acordo entre Petrobras e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) que encerrou uma controvérsia relativa a áreas do Parque das Baleias. Desse total, R\$ 900 milhões já foram aportados pela estatal. Um terceiro fundo - privado e gerenciado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo - recebeu R\$ 20 milhões, que serão usados como garantia em Parcerias Público-Privadas (PPPs).

Casagrande destacou que neste ano o governo capixaba terá condições de investir R\$ 1,5 bilhão em infraestrutura, montante que saltará para o total de algo entre R\$ 6 bilhões e R\$ 7 bilhões nos próximos três a quatro anos. A capacidade de investimento do Estado virou realidade depois de um trabalho - realizado por diferentes administrações - de austeridade fiscal e arrumação das contas públicas.

“O segredo do Estado está na continuidade de políticas que estabeleçam cultura fiscal”, afirmou o governador, que também destacou a importância da atuação do Tribunal de Contas do Estado. “Se eu passo do meu limite, o Tribunal de Contas me alerta.”

Entre as diversas ações realizadas pelos governos capixabas, Casagrande lembrou dos ajustes feitos na Previdência dos servidores estaduais. Neste ano, os três poderes do governo capixaba destinarão em conjunto R\$ 2,5 bilhões para equacionamento do déficit no sistema, destinado ao pagamento das aposentadorias e pensões ligadas a funcionários que ingressaram no serviço público estadual antes de 2004. Naquele ano, quando o governador era Paulo Hartung, houve a separação da Previdência. Os servidores que ingressaram a partir de então passaram a fazer parte de um fundo previdenciário que tem atualmente mais de R\$ 4 bilhões investidos.

O Estado também instituiu, em 2013, a possibilidade de previdência complementar para o servidor que quiser ganhar mais de R\$ 5.800, em valores atuais, depois de se aposentar. Nesses casos, o Estado e o funcionário público contribuem, cada um, com 8,5% dos vencimentos. Além disso, o governo paga 22% dos vencimentos para garantir a aposentadoria normal, até R\$ 5.800, enquanto os servidores descontarão 14% a partir de março. Esse percentual de desconto era de 11% até a aprovação do aumento da alíquota, no mês passado.

O governador lembrou ainda que o Estado trocou a partir de 2013 as dívidas mais caras por outras mais baratas. O Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social (BNDES) foi uma das fontes utilizadas na época, com mais de R\$ 3 bilhões em empréstimos. A taxa média de captação para essa troca de dívida foi de 5,8% ao ano, num período em que a Selic oscilava ao redor de 14% ao ano.

O resultado de todas essas políticas de austeridade fiscal, segundo Casagrande, é visto na fatia de 19% que a dívida representa da receita corrente líquida, o que garante governo capixaba o título de único com gestão “nota A” pelos critérios do Tesouro Nacional. **(Colaborou Cristian Klein)**

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Super retrovisor sensação nos E.U.A chega ao Brasil. Conheça
RETROVISOR MASTER VIEW